

# BANCOS DE DESENVOLVIMENTO E INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS DE DESENVOLVIMENTO: PERSPECTIVAS PARA O BRASIL E O NORDESTE

*Development Banks and Development Finance institutions: Perspectives for Brazil and the Northeast*

**Marco Crocco**

Economista. PhD em Economia. Professor Titular do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais. Foi Presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais e da Agência Brasileira de Desenvolvimento. Atualmente é Diretor-Presidente do Parque Tecnológico de Belo Horizonte (BH-TEC) e Presidente da Rede Mineira de Inovação. crocco.marco2@gmail.com

Este número especial da Revista de Economia do Nordeste (REN) trata de uma temática altamente relevante no contexto do desenvolvimento econômico e social, diante dos desafios globais hoje colocados, qual seja, o papel que bancos de desenvolvimento (BD) e instituições financeiras de desenvolvimento (IFD) desempenham nos processos de industrialização, transição climática e desigualdades sociais.

Este papel, nos últimos 40 anos, vem passando por inúmeras transformações. Até o final dos anos 1980 e o início dos anos 1990, os BDs desempenharam um papel crucial na promoção de transformações econômicas e sociais, notadamente em países em processo de industrialização retardatária. Desde sua criação, essas instituições foram concebidas para atender às necessidades de financiamento de longo prazo, especialmente em setores estratégicos e em contextos de incerteza econômica, típicos de processos de desenvolvimento retardatário e de estratégias de *catching up*.

Este perfil de BDs e IFDs, típico de um paradigma desenvolvimentista de transformação produtiva e estrutural, muda sensivelmente a partir da emergência do Consenso de Washington e de seu modelo econômico denominado neoliberalismo. Ponto central deste novo paradigma, a privatização de empresas públicas teve reflexos nos bancos de desenvolvimento. Para ter uma ideia, até 1989 havia cerca de 280 bancos de desenvolvimento no mundo. Entre 1989 e 2008, o saldo líquido final entre criados e privatizados ou liquidados foi de cerca de 190.

No entanto, este ressurgimento pós-2008 não se deu como um retorno à estratégia desenvolvimentista. O paradigma de desenvolvimento definido pelo Consenso de Washington foi substituído pelo que se convencionou chamar de *Wall Street Consensus* (Gabor 2021<sup>1</sup>, Larsen 2025<sup>2</sup>, Schindler et al. 2023<sup>3</sup>, Dafermos, 2023<sup>4</sup>). Este modelo de desenvolvimento reconfigura as intervenções estatais em favor de parcerias com o capital financeiro global, notadamente com investidores institucionais (fundos de investimento, fundos de pensão etc.) e gestores de ativos.

Um dos traços fundamentais deste paradigma é a centralidade da *redução de risco* (*derisking*) para investimentos privados, com o Estado limitando seu papel à criação de condições favoráveis ao capital privado (alinhamento do risco-retorno de investimentos), mediante o fornecimento de garantias, subsídios, reformas regulatórias, entre outras formas de atuação, mas sem atuar como investidor principal ou controlador direto de projetos. Assim, a estratégia de desenvolvimento passa a ser direcionada à

---

1 GABOR, D. The Wall Street Consensus. *Development and Change*, v. 52, n. 3, p. 429-459, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1111/DECH.12645> Acessado em: 12 dez. 2025.

2 LARSEN, M. Any alternative to the Wall Street Consensus? Comparing the infrastructure financing models of the US, the EU, and China. *New Political Economy*, v. 30, n. 1, p. 34-47, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1080/13563467.2024.2373078>. Acessado em: 12 dez. 2025.

3 CHINDLER, S; ALAMI, I.; JEPSON, N. Goodbye *Washington Confusion*, hello *Wall Street Consensus*: contemporary state capitalism and the spatialisation of industrial strategy. *New Political Economy*, v. 28, n. 2, p. 223-240, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1080/13563467.2022.2091534>. Acessado em 12/2025.

4 DAFERMOS, Y. **Towards a climate just financial system**. Working paper, nº 259, SOAS University of London. 2023. 20 p. Disponível em: <https://www.soas.ac.uk/sites/default/files/2023-06/economics-wp259.pdf> Acesso em: 12 dez. 2025.

transformação de projetos de infraestrutura e de bens públicos em ativos financeiros negociáveis e securitizáveis, alinhando-se às preferências de investidores privados<sup>5,6</sup>.

É dentro deste novo paradigma que chegamos dias atuais. A estimativa da Agência Francesa de Desenvolvimento indica que, em 2020, haveria 450 bancos de desenvolvimento no mundo. De acordo com a base de dados *Public Development Banks and Development Financing Institutions Database* do *Institute of New Structural Economic* (ENSE, 2024)<sup>7</sup> da Universidade de Pequim, em 2022 havia cerca de 533 bancos públicos de desenvolvimento e instituições financeiras de desenvolvimento, distribuídos por 155 países, com um total de ativos de cerca de 23 trilhões de dólares.

No entanto, embora hegemônica, esta forma de atuação de BDs e de IFDs desperta debate tanto na academia quanto na gestão pública. Este debate gira em torno de 4 questões essenciais, a saber: **quando** atuar? **onde** atuar? **como se financia?** e **como** atuar?

- **Quando atuar?** Basicamente podem ser identificadas duas abordagens teóricas para justificar a atuação de BDs e IFDs: a Hipótese de Falhas de Mercado (HFM), que defende a intervenção dos BDs para corrigir falhas como restrição de crédito e externalidades positivas, desde que os benefícios superem os custos das falhas de governo; e a abordagem de Transformações Estruturais, que vai além da correção de falhas de mercado, destacando o papel estratégico dos BDs em criar e moldar mercados, induzir setores e promover mudanças estruturais na economia, especialmente em contextos de incerteza e desafios de longo prazo. Ambas as visões compartilham pontos em comum, mas diferem na intensidade e na forma de atuação dos BDs;
- A questão **onde atuar**, por sua vez, apresenta um consenso significativamente maior no debate público, indicando que tais instituições devem ter como funções de financiamento anticíclico, fomento à inovação e transformações estruturais, promoção da inclusão financeira, financiamento de infraestrutura e sustentabilidade ambiental;
- Embora haja consenso sobre onde atuar, a questão do *funding* para esta atuação (**como se financiar?**) não é consensual. Historicamente, BDs e IFDs foram sustentados por recursos públicos. No entanto, após a crise de 2007/08, houve pressão para que se alavancassem no mercado de capitais devido à crise fiscal global. Embora essa alternativa amplie recursos e fortaleça os mercados financeiros, ela pode comprometer os objetivos dos BDs, especialmente no apoio à inovação, que exige capital paciente e tolerante ao risco. Dependência do mercado de capitais pode levar à priorização de projetos de retorno rápido, em detrimento de tecnologias emergentes e de longo prazo;
- Por fim, o **como atuar**, se tornou a questão central no debate. Discute-se se os BDs devem fornecer crédito direto ou atuar como formuladores de projetos e fomentadores do mercado de capitais, notadamente por meio de políticas de redução de risco por meio de operações denominadas *blended finance*. Este debate se torna relevante atualmente tendo em vista as grandes questões estruturais colocada em pauta hoje, notadamente a transição energética.

5 Inúmeros instrumentos financeiros podem ser usados para o alinhamento da relação risco / retorno de projetos tais como garantias, créditos fiscais e concessões, mecanismos de first loss, operações mezaninos entre outros.

6 Como citado na literatura denominada Critical Macrofinance (Gabor, 2020; Gabor 2025; Dutta et al., 2020), esta perspectiva se insere em um entendimento do desenvolvimento do sistema financeiro mundial baseado em quatro pressupostos: "(1) US-led financial globalization has structurally evolved around market-based finance, driven by the production of new asset classes and the Americanization of national financial systems with changing practices for producing liquidity; (2) global finance is a set of interconnected, hierarchical balance sheets, increasingly subject to time-critical liquidity; (3) credit creation in market-based finance involves new forms of money (systemic liabilities); and (4) market-based finance structurally requires a derisking state, for both systemic liabilities and for new asset classes." (Gabor, 2020, p. 46). Mais informações em: GABOR, D. Critical macro-finance: A theoretical lens. *Finance and Society*, v. 6, n. 1, p. 45-55, 2020. <https://doi.org/10.2218/finsoc.v6i1.4408>. Acesso em: 12 dez. 2025. DUTTA, S. J.; KREMERS, R.; PAPE, F.; PETRY, J. Critical macro-finance: An introduction. *Finance and Society*, v. 6, n. 1, p. 34-44, 2020. <https://doi.org/10.2218/finsoc.v6i1.4407>. Acesso em: 12 dez. 2025.

7 XU, J.; MARODON, R. 2023. *Public Development Banks and Development Financing Institutions Database*. Peking University Open Research Data Platform, V2. <https://doi.org/10.18170/DVN/VLG6SN>. Acessado em: 12 dez. 2025.

Estes quatro eixos de discussão sobre a temática de bancos de desenvolvimento e instituições financeiras de desenvolvimento estão refletidos e discutidos neste número especial da REN, com particular ênfase no caso brasileiro, no Nordeste e na transição energética e justa no País.

A coletânea começa com o artigo de Barcelar (2026), que discute o momento atual da economia do Nordeste brasileiro, destacando seu reposicionamento a partir do potencial do bioma Caatinga, dos avanços na industrialização e das oportunidades geradas pela transição energética. Ele também aborda desafios históricos, como a desertificação e as desigualdades regionais, propondo estratégias para o desenvolvimento sustentável e inclusivo, bem como o papel que os bancos de desenvolvimento podem desempenhar neste processo.

A seção 2 discute os fundamentos teóricos dos BDs. Castro (2026) apresenta uma abordagem histórico-institucional, criticando a teoria das falhas de mercado e destacando o papel desses bancos na superação de desafios macroeconômicos em países em desenvolvimento. Dymski *et al.* (2026), por sua vez, analisam o papel dos bancos de desenvolvimento e do *blended finance* na promoção de metas de desenvolvimento sustentável, com foco na transição verde e na redução das desigualdades econômicas globais. Feill *et al.* (2026) finalizam esta seção abordando o papel dos bancos de desenvolvimento na construção de um sistema financeiro funcional para financiar a transição verde sustentável, destacando a interdependência das crises climáticas, ambientais e sociais.

Após esta discussão teórica, a seção 3 (Transformações e Tendências no Financiamento e Atuação dos Bancos de Desenvolvimento no Brasil) explora as transformações recentes e as tendências no financiamento e na atuação dos bancos de desenvolvimento no Brasil, com foco no papel do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (Barboza *et al.*, 2026; Pires, 2026). Os artigos apresentados analisam o impacto das mudanças estruturais e políticas no mercado de crédito corporativo de longo prazo, destacando o papel do BNDES neste contexto (Teixeira, 2026). A partir de uma perspectiva histórica e contemporânea, os textos abordam a evolução do mercado de capitais, a reconfiguração estratégica do BNDES e a diversificação de suas fontes de financiamento, além de discutir os desafios e as oportunidades para o futuro.

A seção 4 aborda a relevância estratégica do nordeste brasileiro e das agências de fomento no contexto da transição energética e do desenvolvimento sustentável. Netto *et al.* (2026) exploram o conceito de *powershoring* como estratégia para atrair indústrias de alto consumo de energia para regiões com abundância de energias renováveis. Já os textos de Godoy *et al.* (2026) e Horn *et al.* (2026) exploram o papel que as agências de fomento podem desempenhar neste contexto, levando em conta seus desafios estruturais de capacidade de arrecadar recursos.

Finalizando este número especial, a seção Desenvolvimento regional e inclusão financeira aborda, por meio do artigo de Silva *et al.* (2026), o papel do Banco do Nordeste no financiamento do desenvolvimento regional, destacando programas de microcrédito produtivo e iniciativas voltadas à sustentabilidade e à inclusão financeira.